



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DE FORMA AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório e tem como objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e do Regulamento de Licitações e Contratos de Município de Santo Amaro da Imperatriz (Decreto 8.519/23).

1.2. Da Fundamentação da futura contratação:

1.2.1 Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

1.3.1 Decreto Municipal nº 8.519/23 de 21 de dezembro de 2023: Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santo Amaro da Imperatriz;

1.4.1 Lei Federal nº 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Santo Amaro da Imperatriz possui o compromisso contínuo de zelar pela correta destinação final dos resíduos sólidos urbanos, sendo os resíduos domiciliares, comerciais, de varrição e afins, gerados em seu território, tendo em vista a necessidade de atender rigorosamente às exigências legais e de promover a sustentabilidade ambiental.

2.2. A adoção de práticas eficazes para a disposição final desses resíduos é essencial não apenas para a conformidade normativa, mas também para a salvaguarda da saúde pública, da qualidade ambiental e do bem-estar dos cidadãos.

2.3. O encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos para aterro sanitário devidamente licenciado pela autoridade ambiental competente é a medida técnica mais adequada e prevista na legislação vigente, especialmente na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).





2.4. No atual cenário, o município possui o contrato nº 98/2019, vigente para a execução desse serviço, porém o mesmo encerra-se no dia 18 de novembro de 2025, e por motivos legais não pode ser prorrogado. Diante dessa situação, e visando evitar quaisquer riscos de interrupção ou descontinuidade na prestação deste serviço essencial, se torna necessário o início de um novo processo de contratação.

2.5. Esta iniciativa busca assegurar a continuidade das ações de gestão e destinação final dos resíduos sólidos, resguardando o interesse coletivo e a ordem pública.

2.6. Cumprir as obrigações legais, promover a gestão sustentável dos resíduos e proteger o meio ambiente constituem responsabilidades intransferíveis do Município. Tais medidas refletem o compromisso do poder público com a qualidade de vida da população local e com o desenvolvimento sustentável do território municipal, em consonância com os princípios da administração pública, especialmente a eficiência, a legalidade e a proteção ao meio ambiente.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a prestação do serviço pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo específico do objeto licitado e apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, nos termos do art. 62 da Lei 14.133/2021, abrangendo as seguintes áreas: Habilitação Jurídica, Habilitação Técnica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, Habilitação Econômico-financeira.

3.2. Deverá atender a todos os requisitos técnicos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

3.3. A futura contratada deverá comprovar experiência mínima de 4 anos de atuação no ramo de destinação final dos resíduos sólidos.

3.4. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato e sua respectiva publicação no Portal Nacional de Compras Públicas.

3.5. Responsabiliza-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à Contratante ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança e ambientais relacionadas à execução dos serviços.

3.6. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível, penal ou ambiental relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.

3.7. A contratada será responsável pela disposição final dos resíduos sólidos coletados no perímetro do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, a partir do início dos serviços, de acordo com as normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

- 3.8.** A contratada será responsável pela recepção dos resíduos sólidos coletados e destinação final, em aterro sanitário devidamente licenciado pela autoridade ambiental competente.
- 3.9.** A recepção dos resíduos coletados em transbordo, que será realizada em um raio máximo de 20 quilômetros, será de responsabilidade exclusiva da contratada, que se responsabilizará pelo transporte até o aterro sanitário de destinação final.
- 3.10.** A empresa contratada deverá comprovar o atendimento a toda a legislação e normas ambientais, notadamente com a emissão de Licença Ambiental de Operação vigente.
- 3.11.** A execução, operação e manutenção do aterro sanitário em questão deverão estar fundamentadas em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permitindo um confinamento seguro, em termos de controle da poluição e proteção ao meio ambiente, devendo o aterro portar obrigatoriamente estruturas compatíveis e em conformidade com a legislação vigente.
- 3.12.** A contratada deverá respeitar os preceitos contidos na Lei n. 12.305/2010, que disciplina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como outras legislações e normas ambientais correlatas, notadamente a NBR 13.896/97.
- 3.13.** A destinação final de resíduos sólidos urbanos deverá ser realizada em aterro sanitário com licença ambiental de operação vigente, emitida pelo órgão competente para esta finalidade.
- 3.14.** Em caso de prorrogação da contratação para os anos seguintes, a futura contratada deverá sempre garantir a regularidade da licença ambiental de operação, dentro do prazo de validade, adotando as medidas perante o órgão competente para renovação.
- 3.15.** O aterro sanitário utilizado para destinação final dos resíduos sólidos deverá possuir alvará sanitário vigente, assim como certificado de regularidade junto ao IBAMA, quando necessário.
- 3.16.** Comprovar que o aterro tenha capacidade para recebimento da quantidade média gerada pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz, conforme detalhamento presente em tópico futuro.
- 3.17.** O valor dos serviços será pago considerando a quantidade de toneladas recepcionadas mensalmente pela contratada após a prestação dos serviços e a apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório de execução de serviços.
- 3.18.** A empresa deverá manter durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.19.** Deverá responsabilizar-se pelas licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.





3.20. Responsabilizar-se por eventuais paralisações das atividades por parte dos seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços contratados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para resolver a demanda do Município de Santo Amaro da Imperatriz relacionada à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, diversas alternativas tecnológicas e operacionais se apresentam no mercado, cada uma com características, requisitos e impactos específicos. A seguir, são apresentadas as principais opções disponíveis, juntamente com suas vantagens e desvantagens:

4.1. Aterro Sanitário Licenciado de Terceiros:

O aterro sanitário é a forma de disposição de resíduos, mais comum no Brasil. No processo de operação de um aterro sanitário, os resíduos são compactados e dispostos em células ou áreas designadas. Camadas de solo e materiais impermeáveis são utilizadas para cobrir os resíduos regularmente, reduzindo os odores e evitando a contaminação do solo e da água subterrânea. Além disso, sistemas de drenagem de lixiviados (ou chorume) são instalados para coletar e tratar o líquido resultante da decomposição dos resíduos.

Os aterros sanitários também são equipados com sistemas de coleta de gases, como o metano, que é um subproduto da decomposição anaeróbica dos resíduos orgânicos. Esse gás é capturado e, em muitos casos, pode ser utilizado como fonte de energia, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa.

Os aterros sanitários são projetados para serem operados de maneira controlada, com monitoramento regular da qualidade do ar, da água e do solo ao redor do local. Essas medidas visam proteger o meio ambiente, minimizar os riscos à saúde pública e promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos.

Na prática, essa alternativa pode ser operacionalizada por meio da contratação de empresa especializada, que realize tanto o transporte quanto a destinação dos resíduos em aterro sanitário próprio ou de terceiros, devidamente licenciado pela autoridade ambiental.

As principais vantagens são conformidade legal, disponibilidade imediata, gestão simplificada e previsibilidade orçamentária. As principais desvantagens são a menor autonomia municipal.

4.2. Consórcio Intermunicipal de Destinação de Resíduos:

Nesta alternativa, diversos municípios se organizam em regime de consórcio para operar em conjunto, ou contratar coletivamente, a destinação final de seus resíduos em aterro sanitário. O modelo favorece a obtenção de ganhos de escala, otimiza a eficiência operacional e logística, reduz custos individuais e distribui responsabilidades entre os entes consorciados.



As principais desvantagens são a complexidades institucional, exige planejamento, coordenação e cumprimento de acordos entre diferentes municípios, incluindo elaboração de convênios de cooperação. Podem ocorrer conflitos quanto ao compartilhamento de custos, responsabilidades ou localização do aterro. A necessidade de consenso entre os municípios pode tornar mais demorado o processo de tomada de decisões.

4.3. Usinas de Valorização Energética

São instalações industriais que transformam resíduos sólidos urbanos (RSU) em energia elétrica, térmica ou combustíveis alternativos, através de processos como a biodigestão, tratamento térmico ou a queima controlada, contribuindo para a redução do volume de lixo enviado a aterros e para a produção de energia limpa e renovável.

Possibilita geração de energia a partir do tratamento dos resíduos, reduz o volume de resíduos a ser destinado a aterros, prolongando sua vida útil.

Possui um alto custo de implantação e operação, é viável apenas em regiões ou municípios com volumes substanciais de resíduos, o que limita a adoção por municípios de pequeno e médio porte. Fatores como a demanda e o preço da energia podem afetar a viabilidade econômica do empreendimento. Envolve processos rigorosos e demorado para obtenção de licenciamento.

4.4. Centrais de Triagem e Compostagem

Essas unidades promovem a separação dos materiais recicláveis presentes nos resíduos urbanos, para posterior reaproveitamento, enquanto a fração orgânica é destinada ao processo de compostagem, produzindo composto orgânico que pode ser utilizado como adubo. Embora não representem destinação final para os rejeitos, contribuem consideravelmente para a redução do volume total destinado aos aterros sanitários e são complementares à gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

Depende de participação ativa da população e de campanhas educativas. Depende da existência de canais viáveis para comercialização dos subprodutos. Os resíduos não aproveitáveis permanecem necessitando de destinação adequada, normalmente em aterros licenciados de terceiros. Requer infraestrutura adequada e constante qualificação dos recursos humanos envolvidos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Diante do levantamento de alternativas disponíveis no mercado, o **Aterro Sanitário se destaca como a solução mais adequada** em relação à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos. Tal escolha fundamenta-se em uma série de fatores estratégicos, operacionais e legais que tornam essa alternativa superior frente às demais possibilidades.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

- 5.2. Em primeiro lugar, optar por aterro sanitário licenciado de terceiros assegura conformidade legal plena com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como com normas estaduais e federais de proteção ambiental.
- 5.3. Ao contratar uma empresa que já disponha de infraestrutura licenciada e em pleno funcionamento, elimina a necessidade de aportar elevados investimentos para implantação, licenciamento, realização de obras civis ou operação direta de aterro próprio. Isso acelera a solução do problema e evita entraves decorrentes de eventuais atrasos na implementação de novas estruturas.
- 5.4. A gestão é significativamente simplificada ao transferir as obrigações técnicas e operacionais relacionadas à disposição final dos resíduos para a empresa contratada, reduzindo drasticamente a carga administrativa do município.
- 5.5. Adicionalmente, a modalidade de contratação proposta proporciona previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos do serviço ficam previamente definidos em contrato, permitindo um controle financeiro mais eficaz e o adequado planejamento anual de despesas. Isso reduz a incidência de despesas imprevistas e confere maior transparência e estabilidade ao gasto público.
- 5.6. Diante desses fatores, a opção pelo Aterro Sanitário revela-se a melhor escolha para assegurar o cumprimento das exigências legais, proteger o meio ambiente, garantir a continuidade dos serviços essenciais e promover uma gestão eficiente e econômica dos resíduos sólidos urbanos.
- 5.7. Do ponto de vista econômico, trata-se de uma solução que evita pesados investimentos iniciais, libera recursos para outras prioridades da municipalidade e apresenta custos previsíveis ao longo da vigência contratual.
- 5.8. O município pretende, portanto, contratar empresa de engenharia sanitária para a execução dos serviços de disposição final de resíduos sólidos urbanos, de forma ambientalmente adequada, para atender a demanda da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Santo Amaro da Imperatriz/sc.
- 5.9. Para a adequada prestação dos serviços, deve-se considerar alguns **Requisitos Logísticos**:
- 5.9.1. Considerando que o Município de Santo Amaro da Imperatriz ainda será o responsável pela coleta e transporte dos resíduos coletados em seu perímetro urbano e rural, é imprescindível que a futura contratada recepcione os resíduos para disposição final em um raio máximo de 20 quilômetros, calculados a partir da sede da Prefeitura, a fim de tornar menos onerosa ao Poder Público a responsabilidade pelo transporte dos resíduos.
- 5.9.2. Se necessário, a licitante poderá dispor de estação de transbordo licenciado para descargas destes resíduos.



5.9.3. O transporte de resíduos em trajetos mais longos demandaria maior consumo de combustível, manutenção mais frequente da frota e necessidade de ampliação da equipe de trabalho, elevando significativamente os gastos públicos. Além disso, percursos extensos aumentam os riscos operacionais, como acidentes e vazamentos, que podem gerar passivos ambientais e sanitários.

5.9.4. Portanto, o limite de 20 quilômetros foi estabelecido como parâmetro para otimizar custos, garantir a eficiência operacional e manter a qualidade do serviço público, sem sobrecarregar os cofres municipais com despesas logísticas desproporcionais. Essa medida assegura que cumpra sua obrigação de disposição ambientalmente adequada, preservando a sustentabilidade econômica do sistema de limpeza urbana.

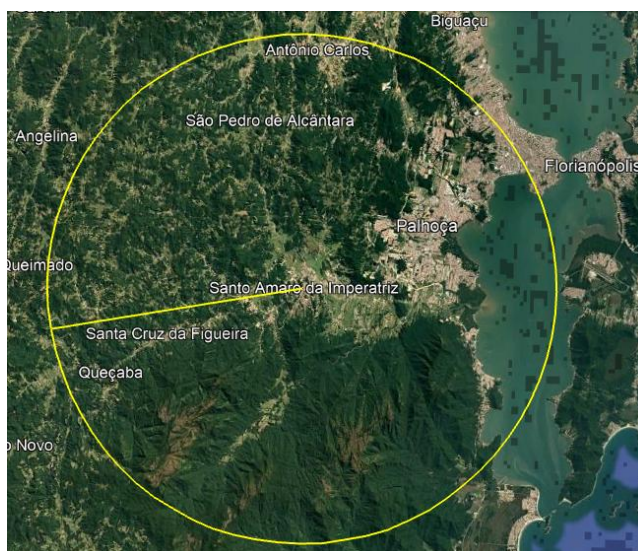


Figura 1 - Ilustração do raio de abrangência de 20km

5.10. Para a adequada prestação dos serviços, deve-se considerar a **forma de pesagem dos resíduos**:

5.10.1. Os serviços prestados pela contratada serão quantificados em toneladas;

5.10.2. A futura contratada deverá dispor de balança junto ao transbordo ou aterro sanitário, destinada, exclusivamente, à pesagem de resíduos. A balança deverá possuir certificado de calibração emitido por empresa acreditada pelo INMETRO e emitir um comprovante automático contendo os dados do veículo e peso, que deve ser verificado duas vezes: na chegada, quando estiver carregado com os resíduos e na saída, quando estiver sem carga. O comprovante, no que se refere ao peso, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido automaticamente;

5.10.3. A quantidade de resíduos recepcionados para destinação final deverá ser comprovada por meio de relatório de execução de serviço acompanhado de tickets de pesagem,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

preenchidos de forma eletrônica, que deverão conter as seguintes informações: -
pesagem da carga (tara e preso bruto); - placa do veículo; - data e horário;

5.10.4. A Contratada deverá fornecer relatório semanal da pesagem dos resíduos sólidos de forma clara e detalhada sempre que solicitado, bem como, o relatório mensal quando da emissão da nota fiscal para o pagamento das toneladas recebidas no mês;

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para fins de aferição do quantitativo objeto de futura contratação, considerou-se a quantidade de resíduos sólidos coletados no Município de Santo Amaro da Imperatriz nos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e parcialmente 2025 conforme tabela 1.

Tabela 1 - Resíduos coletados, em tonelada, por mês

Mês	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025
Janeiro	523,92	528,75	493,08	560,22	624,81	676,11
Fevereiro	480,77	495,31	470,41	515,7	536,55	599,33
Março	524,57	574,89	558,03	578,75	562,99	599,81
Abril	466,63	503,82	498,05	502,53	599,67	631,77
Maiο	468,07	484,13	516,9	551,26	597,89	634,57
Junho	500,06	526,69	518,49	515,34	569,95	619,05
Julho	531,24	506,46	518,89	522,09	622,78	688,3
Agosto	485,56	491,72	533,35	572,68	588,11	-
Setembro	511,2	556,54	487,59	518,69	559,3	-
Outubro	512,83	500,63	484,75	564,2	651,35	-
Novembro	495,21	515,47	491,36	588,26	640,99	-
Dezembro	618,51	549,34	1.095,06	578,4	739,17	-
Total	6.118,57	6.233,75	6.665,96	6.568,12	7.293,56	
Média Mensal	510	519	555	547	608	636

6.2. Os valores detalhados na tabela 1 foram retirados dos relatórios de pesagens dos últimos meses da atual contratação da destinação final dos resíduos.

6.3. Em 2025, considerando a média mensal de resíduo sólido coletado até julho/2025 (636 toneladas), a estimativa total de consumo anual alcança 7.628,94 toneladas no ano, o





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

que representa um acréscimo de 5% quando comparado com total de resíduo coletado no exercício de 2024, que totalizou 7.293,56 toneladas.

- 6.4. Para realizar a estimativa de crescimento anual da geração de resíduos, foi realizado o comparativo com o ano anterior, conforme demonstrado na tabela 2:

Tabela 2 - Estimativa de crescimento dos últimos anos

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Resíduos Coletados (ton)	6.118,57	6.233,7	6.665,9	6.568,1	7.293,5	7.628,9
		5	6	2	6	4
Estimativa de aumento anual	-	2%	7%	-1%	11%	5%

- 6.5. Nesse sentido, como a base de cálculo utilizou uma projeção de crescimento ainda do ano de 2025, cujos dados não estão sedimentados, importante adicionar ao valor um percentual como margem excedente, a fim de que a Administração Municipal não seja surpreendida e esteja preparada para atender à demanda futura em razão do crescimento populacional ou aumento repentino da demanda.
- 6.6. Portanto, prudente considerar um acréscimo de 10% na previsão de consumo nos próximos 5 anos, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Projeção de consumo

	2026	2027	2028	2029	2030
Projeção de consumo	8.391,83	9.231,02	10.154,12	11.169,53	12.286,48

- 6.7. Assim, a quantidade total de resíduos sólidos estimada para o ano de 2026 é 8.391,00 toneladas de resíduos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Estima-se para o processo o valor total de **R\$ 1.885.373,79 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos)**.
- 7.2. A pesquisa de preço foi realizada em consonância com o Decreto Municipal n. 8.519/2023, artigo 72. Utilizados como fonte os fornecedores locais e as contratações similares. A pesquisa através de mídia especializada não é capaz de realizar para o objeto dessa contratação.
- 7.3. Em contato com fornecedores locais, através de solicitação por e-mail com as empresas Proactiva, Ambiental e RAC Ambiental, apenas o fornecedor Proativa através do Centro





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

de Gerenciamento de Resíduos Biguaçu encaminhou retorno positivo. A empresa Ambiental informou não conseguir atender a demanda, devido a disponibilidade de aterros sanitários apenas no oeste do estado de Santa Catarina, deste modo se tornando inviável. A empresa RAC Ambiental informou impossibilidade de apresentar orçamento, uma vez que pertencem ao mesmo grupo econômico da empresa Proactiva.

- 7.4.** Foram consultadas as contratações similares através do Portal Nacional de Compras Públicas. O Processo Licitatório de Registro de Preço n. 028/PMS/2025 do Município de Sangão, homologado em 17 de setembro de 2025. O Pregão Eletrônico n. 25/2024 do Município de Paulo Lopes, homologado em 23 de dezembro de 2024. Com o intuito de verificar os preços nos municípios vizinhos, foi verificado o Contrato n. 45/2022 do Município de Santo Amaro da Imperatriz, com atualização dos valores através do aditivo n. 224/2025.
- 7.5.** Atualmente o serviço é prestado através do Contrato n. 98/2019, com o valor atualizado através do Contrato n. 21/2024, deste modo, o valor pago atualmente foi utilizado como fonte para pesquisa de preço.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 8.1.** A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu Art. 40, § 2º, como regra geral, o parcelamento do objeto das contratações públicas, visando ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de empresas interessadas. No entanto, a mesma legislação, em seu Art. 40, § 3º, reconhece exceções ao parcelamento nos casos em que tal medida se mostre tecnicamente inviável ou economicamente desvantajosa para a Administração. No caso da presente contratação, considerando a natureza do serviço prestado e a organização logística, o parcelamento da solução não se torna benéfica ao interesse público.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 9.1.** O serviço a ser contratado está vinculado ao serviço de coleta de resíduos municipal, o qual é realizado por servidores municipais e pela empresa terceirizada, firmado através do Contrato n. 177/2025, possui caráter emergencial até a realização do Processo Licitatório da Coleta Municipal de Resíduos.

10. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 10.1.** Não foi elaborado Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.





11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A contratação de empresa especializada para a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos proporciona resultados concretos em termos de economicidade e otimização do uso dos recursos públicos. Ao optar pela terceirização deste serviço, o Município busca alcançar significativa redução de custos operacionais e de investimento, uma vez que elimina a necessidade de destinação de recursos para implantação, licenciamento, manutenção e operação de infraestrutura própria de tratamento e disposição final dos resíduos.

11.2. O modelo de contratação por serviço prestado, com custos previamente definidos em contrato, proporciona maior previsibilidade orçamentária, permitindo melhor controle, planejamento financeiro e a adoção de medidas de contingenciamento quando necessário. Os investimentos e despesas públicas tornam-se mais eficientes, direcionando os recursos municipais para outras áreas prioritárias, como saúde, educação e melhoria dos serviços urbanos.

11.3. Portanto, espera-se, com a contratação proposta, alcançar um modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos mais econômico, eficiente e sustentável, maximizando o aproveitamento e o valor dos recursos públicos municipais, em benefício do interesse coletivo e do desenvolvimento local.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. No caso específico desta contratação, não há necessidade de adequações do órgão requisitante para a contratação do objeto deste estudo.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. Essa contratação pode gerar alguns impactos ambientais, tais como: emissões atmosféricas provenientes do transporte dos resíduos até o aterro e da própria operação do aterro sanitário (liberação de gases do efeito estufa); consumo de combustíveis e recursos naturais; possível descarte de resíduos recicláveis em aterro, caso não haja efetiva triagem; além do risco de ocorrência de acidentes ambientais, caso haja falhas no sistema de impermeabilização ou de tratamento de chorume.

13.2. Para mitigar esses impactos, o contrato a ser firmado deve prever medidas como:

- a. exigência de uso de veículos de transporte com tecnologia limpa e manutenção em dia para redução das emissões atmosféricas;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

- b. operação do aterro segundo rígidos padrões ambientais, com sistemas de coleta e tratamento de chorume e gases, impermeabilização e monitoramento ambiental contínuo;

13.3. Com essas medidas, a contratação alinha-se aos objetivos de sustentabilidade socioambiental, minimizando riscos ambientais, promovendo a economia circular e fortalecendo a governança ambiental do Município.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante do exposto, foi possível concluir que os estudos preliminares evidenciaram pela possibilidade de contratação, bem como adequada às necessidades desta Administração. Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório descrito neste ETP para atender ao interesse público.

Santo Amaro da Imperatriz, 30 de setembro de 2025.

Moisés Pedro Valiatii

Secretário Municipal de Meio Ambiente

